

AUSTRAL SEGURADORA S.A.

CNPJ/MF Nº 11.521.976/0001-26

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em atendimento às disposições legais e regulamentares, apresentamos as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. A Austral Seguradora S.A. (doravante "Austral" ou "Seguradora") obteve aprovação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para iniciar suas operações no dia 25 de outubro de 2010 e tem como foco estratégico a operação em seguros especializados para riscos corporativos. Atualmente, a Seguradora opera nos ramos de seguro garantia, fiança locatícia, riscos de engenharia, riscos nomeados e operacionais, abrangendo empresarial, responsabilidade civil, riscos de petróleo e riscos marítimos. Com o objetivo de ser uma empresa competitiva no mercado, a Austral tem como principal característica a especialização e customização de seus produtos, promovendo soluções diferenciadas e inovadoras na transferência de risco tanto para seus clientes quanto para seus parceiros. Os prêmios emitidos pela Austral, desconsiderando a operação de DPVAT, cresceram de R\$ 322 milhões em 2017 para R\$ 422 milhões em 2018. Esse crescimento de 31% está em consonância com as métricas de desempenho projetadas internamente, demonstrando o sucesso das estratégias estabelecidas pela Seguradora. É preciso destacar o crescimento de 65% no segmento de riscos de petróleo em relação ao mesmo período de 2017, tornando a Austral um dos players mais relevantes e reconhecidos nesse mercado. Esse expressivo crescimento foi reflexo do maior volume de novos negócios do setor e de uma estratégia focada em inovação, agilidade e eficiência operacional. Outro aspecto que merece ser enfatizado é a evolução da operação de riscos marítimos da Austral com um crescimento exponencial de 92% em 2018

quando comparado com o mesmo período de 2017. Esse resultado foi fruto de um esforço e reconhecimento do trabalho da Austral para expansão dessa linha de negócio. Em 2018, a Austral completou oito anos de operação, consolidada como player de referência nos segmentos de riscos corporativos, confirmando a confiança de seus clientes pela sua capacidade técnica e diferenciação na prestação de serviços. Ressaltamos que as despesas administrativas mantiveram uma proporção estável em relação aos prêmios emitidos de 5,3% em 2017 para 4,7% em 2018. Essa linearidade reflete um forte controle sobre as despesas administrativas, revelando ganho em produtividade e o constante monitoramento de suas despesas, não obstante o investimento da Companhia em aprimorar seus processos. É objetivo da Companhia priorizar o investimento na qualidade dos serviços e produtos oferecidos. Assim, é preciso investir em tecnologia e processos para ter um desenvolvimento estruturado, garantindo a continuidade do retorno de suas carteiras, estando sempre atenta ao alinhamento com a política de gestão de riscos definida pela empresa. O resultado financeiro também contribuiu para o bom desempenho do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, tendo atingido R\$ 18,5 milhões. Ressaltamos que a Austral vem obtendo bons resultados financeiros seguindo uma política conservadora de investimentos. A política de investimentos adotada pela Austral observa as melhores práticas de gestão de risco de ativos e passivos. Política esta que garante a capacidade financeira de honrar com seus compromissos, de acordo com os preceitos da Resolução CNSP nº 321/2015, e suas alterações posteriores. A Austral possui seus títulos nas categorias "títulos para negociação" e "disponível para venda",

conforme explicitado nas demonstrações financeiras, e não mantém títulos ou valores mobiliários classificados na categoria "mantido até o vencimento". Como consequência dos fatores citados acima, a Austral apresentou lucro líquido de R\$ 22,3 milhões em 2018. O patrimônio líquido apurado foi de R\$ 152,2 milhões e o ativo total atingiu o montante de R\$ 1,3 bilhões nesse mesmo período. O sustentável resultado da Companhia é reflexo do esforço constante na melhoria dos processos operacionais e a atenção da administração no desenvolvimento de controles e às melhores práticas de governança corporativa. A Austral planeja continuar sua trajetória de crescimento e presença relevante no mercado, mantendo uma política de subscrição técnica, estrutura de capital adequada, equipe qualificada e foco em eficiência e agilidade no atendimento a clientes e parceiros de negócio. A partir de 28 de fevereiro de 2018, a Austral Participações II S.A. passou a ser a controladora direta e detentora de 100% das ações da Seguradora, não tendo havido, contudo, qualquer alteração no quadro de controladores finais da Austral. A transferência de controle acionário direto da Seguradora à Austral Participações II S.A. foi homologada pela Portaria SUSEP nº 7.117, de 07 de maio de 2018, e publicada no Diário Oficial da União em 09 de maio de 2018, restando ratificado, pela referida portaria, que o controle final da Austral permanece inalterado. Por fim, a Austral agradece à sua equipe pelo empenho e dedicação, à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, bem como aos clientes, parceiros, fornecedores e acionistas pela confiança depositada. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2019.

| BALANÇO PATRIMONIALS | | | |
|---|------------------|----------------|---|
| EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais) | | | |
| | 31/12/2018 | 31/12/2017 | |
| Ativo | | | |
| Circulante | 993.373 | 705.646 | |
| Disponível | 7.181 | 7.217 | |
| Caixa e bancos | 71 | 7.146 | |
| Aplicações (Nota 6) | 281.377 | 243.832 | |
| Títulos de renda fixa - públicos | 144.752 | 126.545 | |
| Quotas de fundo de investimentos | 40.089 | 26.317 | |
| Quotas de fundo de investimento financeiro - DPVAT | 86.839 | 74.778 | |
| Aplicações no exterior | 9.697 | 16.192 | |
| Créditos das operações com seguros e resseguros | 115.509 | 119.949 | |
| Prêmios a receber (Nota 8) | 105.977 | 108.616 | |
| Operações com seguradoras | 5.443 | 3.308 | |
| Operações com resseguradoras | 4.089 | 8.025 | |
| Outros créditos operacionais | 10.831 | 68.774 | |
| Ativos de resseguro - provisões técnicas (Notas 9 e 16) | 549.491 | 236.373 | |
| Prêmio de resseguro diferido | 206.870 | 141.258 | |
| Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (Nota 17) | 49.049 | 45.642 | |
| Provisão de despesas relacionadas | 4.768 | 18.443 | |
| Sinistros pendentes de pagamento (Nota 17) | 288.804 | 49.473 | |
| Títulos e créditos a receber (Nota 10) | 4.006 | 6.909 | |
| Créditos a receber | 17 | 3.934 | |
| Créditos tributários (Nota 10) | 3.904 | 2.932 | |
| Outros créditos | 85 | 43 | |
| Despesas Antecipadas | 76 | - | |
| Despesas Administrativas | 76 | - | |
| Custos de aquisição diferidos (Nota 11) | 24.902 | 22.592 | |
| Comissões diferidas - seguro | 22.216 | 20.502 | |
| Comissões diferidas - cosseguro | 2.686 | 2.090 | |
| Não circulante | 344.404 | 276.463 | |
| Realizável a longo prazo | 338.526 | 270.314 | |
| Aplicações (Nota 6) | 61.481 | 39.651 | |
| Títulos de renda fixa - públicos | 42.849 | 39.651 | |
| Aplicação no exterior | 18.632 | - | |
| Créditos das operações com seguros e resseguros | 83.388 | 53.649 | |
| Prêmios a receber (Nota 8) | 83.388 | 53.649 | |
| Operações com seguradoras | - | 107 | |
| Ativos de resseguro - provisões técnicas (Notas 9 e 16) | 156.469 | 119.550 | |
| Prêmio de resseguro diferido | 130.082 | 107.885 | |
| Sinistros pendentes de pagamento (Nota 17) | 25.399 | 10.349 | |
| Provisão de despesas relacionadas | 988 | 1.316 | |
| Títulos e créditos a receber (Nota 10) | 349 | 28.443 | |
| Depósitos judiciais (Nota 10) | 349 | 28.443 | |
| Créditos Tributários e Previdenciários | - | - | |
| Custos de aquisição diferidos (Nota 11) | 36.839 | 29.021 | |
| Comissões diferidas - seguro | 32.360 | 26.268 | |
| Comissões diferidas - cosseguro | 4.479 | 2.753 | |
| Imobilizado (Nota 12) | 2.770 | 3.283 | |
| Bens móveis | 1.028 | 2.980 | |
| Outras imobilizações | 1.742 | 303 | |
| Intangível (Nota 13) | 3.108 | 2.866 | |
| Outros intangíveis | 3.108 | 2.866 | |
| Total do ativo | 1.337.777 | 982.109 | |
| | | | Passivo |
| | | | Circulante |
| | | | Contas a pagar |
| | | | Obrigações a pagar |
| | | | Impostos e encargos sociais a recolher |
| | | | Encargos trabalhistas |
| | | | Impostos e contribuições |
| | | | Débitos de operações com seguros e resseguros |
| | | | Prêmios a restituir |
| | | | Operações com seguradoras |
| | | | Operações com resseguradoras (Nota 14) |
| | | | Corretores de seguros e resseguros |
| | | | Outros débitos operacionais |
| | | | Depósitos de terceiros (Nota 15) |
| | | | Depósitos de terceiros (Nota 15) |
| | | | Provisão técnica de seguros e resseguros (Nota 16) |
| | | | Provisão de prêmios não ganhos |
| | | | Provisão de sinistros a liquidar |
| | | | Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados |
| | | | Provisão de despesas relacionadas |
| | | | Outras provisões |
| | | | Não circulante |
| | | | Contas a pagar |
| | | | Tributos diferidos |
| | | | Débito das operações com seguros e resseguros |
| | | | Operações com seguradoras |
| | | | Operações com resseguradoras (Nota 14) |
| | | | Corretores de seguros e resseguros |
| | | | Provisão técnica de seguros e resseguros (Nota 16) |
| | | | Provisão de prêmios não ganhos |
| | | | Provisão de sinistro a liquidar |
| | | | Provisão de despesas relacionadas |
| | | | Outros débitos |
| | | | Processos administrativos |
| | | | Patrimônio líquido (Nota 18) |
| | | | Capital social |
| | | | Reserva de lucros |
| | | | Reserva de retenção de lucros |
| | | | Ajuste TVM |
| | | | Lucros acumulados |
| | | | Total |

| DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | | | | |
|--|----------------|--------------------------|--------------------|-------------------|------------|-------------------|---------|
| EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 | | | | | | | |
| (Em milhares de reais) | | | | | | | |
| | Capital social | Capital social (em apr.) | Reserva de capital | Reserva de lucros | Ajuste TVM | Lucros acumulados | Total |
| Saldos em 31 de dezembro de 2016 | 44.360 | 19.477 | 1.754 | 3.071 | 43.557 | (19) | 112.200 |
| Aprovação do aumento de capital (Nota 18.a) | 19.477 | (19.477) | - | - | - | - | - |
| Aumento capital social em aprovação (Nota 18.a) | - | 5.984 | - | - | - | - | 5.984 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 240 | 27.526 | 27.526 |
| Ganho não realizado nos títulos disponíveis para venda | - | - | - | - | - | - | - |
| Incentivo baseado em ações (Nota 22) | - | - | 184 | - | - | - | 184 |
| Proposta para distribuição do resultado: | | | | | | | |
| Constituição de reserva legal | - | - | - | 1.376 | - | (1.376) | - |
| Constituição de reserva de lucros (Nota 18.c) | - | - | - | - | 18.149 | (18.149) | - |
| Juros sobre capital próprio (Nota 18.c) | - | - | - | - | - | (8.001) | (8.001) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | 63.837 | 5.984 | 1.938 | 4.447 | 61.706 | 221 | 138.133 |
| Aprovação do aumento de capital (Nota 18.a) | 5.984 | (5.984) | - | - | - | - | - |
| Aumento capital social em aprovação (Nota 18.a) | - | 9.406 | - | - | - | - | 9.406 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 942 | 22.274 | 22.274 |
| Ganho não realizado nos títulos disponíveis para venda | - | - | - | - | - | - | - |
| Incentivo baseado em ações (Nota 22) | - | - | 82 | - | - | - | 82 |
| Proposta para distribuição do resultado: | | | | | | | |
| Constituição de reserva legal | - | - | - | 1.113 | - | (1.113) | - |
| Constituição de reserva de lucros (Nota 18.c) | - | - | - | - | 11.961 | (11.961) | - |
| Transferência para aumento de capital social | - | - | - | - | 9.406 | - | 9.406 |
| Juros sobre capital próprio (Nota 18.c) | - | - | - | - | - | (9.200) | (9.200) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 69.821 | 9.406 | 2.020 | 5.560 | 64.261 | 1.163 | 152.231 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Austral Seguradora S.A. ("Seguradora" ou "Companhia"), é uma sociedade de capital fechado, constituída em 29 de dezembro de 2009, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 15 de janeiro de 2010, com sede no Brasil e matriz domiciliada na cidade do Rio de Janeiro. Em 6 de outubro de 2011, a Austral Participações S.A. passou a ser acionista e detentora de 100% das ações da Companhia. Em 05 de setembro de 2014, os acionistas da Austral Participações S.A. aprovaram, a participação do International Finance Corporation - IFC como acionista da Companhia, mediante um aumento de capital social da Austral Participações S.A. A entrada do International Finance Corporation - IFC como acionista com participação qualificada indireta na Austral Seguradora S.A. foi ratificado pela Portaria SUSEP nº 6.130/2014, publicada no Diário Oficial da União em 24 de dezembro de 2014, tendo sido ratificado na referida portaria que não houve alteração do bloco de controle da Austral Participações S.A. A partir de 28 de fevereiro de 2018, a Austral Participações II S.A. passou a ser controladora e detentora de 100% das ações da Companhia, não havendo, contudo, qualquer alteração no quadro de controladores finais da Companhia. A transferência do controle acionário direto da Companhia à Austral Participações II S.A., foi homologada pela Portaria SUSEP nº 7.117, de 07 de maio de 2018, e publicada no Diário Oficial da União em 09 de maio de 2018, restando ratificado, pela referida portaria, que o controle final da Companhia permanece inalterado. 2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras: a) Continuidade - A Administração avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. b) Declaração de confiabilidade - As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas respectivas alterações e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, Comitê de Pronunciamentos Atuariais - CPA e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP (doravante "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP"). A Circular SUSEP nº 517, emitida em 30 de julho de 2015, e as alterações posteriores que dispõem sobre as alterações das normas contábeis a serem observadas pelas entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradoras locais, com vigência a partir da data de publicação, revogando a Circular SUSEP nº 308 emitida em 9 de janeiro de 2015. A autorização para conclusão da elaboração das demonstrações financeiras foi concedida pela Administração da Seguradora em 27 de fevereiro de 2019. c) Moeda funcional e de apresentação - A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera. As transações em moeda estrangeira são inicialmente convertidas pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira



Continuação

AUSTRAL SEGURADORA S.A. CNPJ/MF nº 11.521.976/0001-26

financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação dos ativos financeiros na data inicial de aquisição dos ativos e reavalia a sua classificação no mínimo a cada data de balanço. A Seguradora classifica seus ativos financeiros conforme as categorias segundo CPC nº 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração: I) Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de negociação no curto prazo, sendo reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Esses ativos são mensurados ao custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e avaliados subsequentemente ao valor justo, com variações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado do período. Os custos de transação incorridos na aquisição dos ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos imediatamente no resultado do período conforme incorridos. Os títulos nessa categoria são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento do título. II) Títulos disponíveis para venda - A Seguradora classifica nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados na categoria anterior. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. III) Recebíveis - Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como saldo de prêmios a receber de segurados, são classificados pela Seguradora nesta categoria e são mensurados inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, valorizados pelo custo amortizado deduzidos da provisão de redução ao valor recuperável - impairment. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor faturado através da emissão da apólice, ajustado pela provisão para impairment, se necessário. c) Reconhecimento e mensuração de contratos de seguro e resseguro - Contratos de seguros são os contratos em que a Seguradora aceita o risco de seguro significativo de outra parte (o detentor da apólice), concordando em pagar indenização de seguro aos detentores da apólice no caso de ocorrência de um evento futuro incerto especificado (o evento segurado), com efeito adverso sobre o detentor da apólice. De forma geral, a Seguradora determina se apresenta risco de seguro significativo, por meio da comparação dos prêmios recebidos com os sinistros a pagar se o evento segurado tivesse ocorrido. Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização são registrados quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, sendo a parcela de prêmio ganho reconhecida no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. As operações de cosseguro aceito e as realizadas através dos consórcios do seguro DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., respectivamente. Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento dos ativos junto aos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas, originados na contratação de resseguro são amortizados durante o período de expiração dos riscos dos contratos. Os prêmios de resseguro cedidos são registrados quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e apropriados ao resultado de acordo com as características de diferimento do prêmio de resseguro cedido, observando o tipo de contrato de resseguro em questão e base de cessão do mesmo. A Seguradora analisa a recuperabilidade dos ativos de resseguro regularmente. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foram verificadas as necessidades de se realizar provisão para perdas com o valor recuperável sobre os ativos de resseguro da Seguradora. d) Passivos de seguro - A Seguradora utilizou as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e pelo CPC nº 11 - Contratos de Seguro para avaliação da sua carteira e constituição das provisões técnicas para garantia de seus contratos de seguro, aplicando regras e procedimentos para mensuração e acompanhamento de seus contratos. Adicionalmente, a Administração não identificou situações onde tenha utilizado excesso de prudência na avaliação de contratos de seguro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. As provisões técnicas para garantia dos contratos de seguros são constituídas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades seguradoras autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em seguro de danos, e estão de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, expostas através da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, e suas alterações, e pela Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas alterações posteriores. Todas as metodologias adotadas para cálculo das provisões técnicas apresentam descrição em nota técnica atuarial desenvolvida pelo atuário responsável técnico. Provisão de prêmios não ganhos - PPNG - É constituída para a cobertura de valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data base de cálculo obedecidos os critérios estabelecidos em legislação vigente. A parcela relativa aos riscos vigentes e emitidos - PPNG é calculada de acordo com formulação padrão estabelecida pela SUSEP. Já a parcela relativa aos riscos vigentes e não emitidos - PPNG é calculada através de metodologia própria que tem como base a escolha de um fator de atraso médio de acordo com a análise das taxas de atraso verificadas na carteira da seguradora. Esse fator de atraso é aplicado sobre a PPNG de riscos vigentes e já emitidos - PPNG, resultando na provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes, mas não emitidos - PPNG-RVNE. Além disso, a Seguradora trata individualmente os casos de grandes apólices já sabidas pelos subscritores de cada linha de negócio, mas ainda não emitidas. Esse critério de cálculo permite uma adequação mais rápida da provisão a qualquer inconsistência verificada nos testes de consistência da provisão para os meses anteriores. Provisão de Despesa Administrativa do DPVAT - Constituída com base nos valores informados exclusivamente pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. Provisão de sinistros a liquidar - PSL - É constituída mensalmente para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros avisados e não pagos, até a data base do cálculo, incluindo os sinistros administrativos e judiciais. A PSL inclui atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais quando necessário. Para os sinistros do grupo de riscos financeiros, a Seguradora estima uma expectativa de ressarcimentos advinda da probabilidade de êxito na execução de seus contratos de contragarantia. A provisão de sinistros a liquidar referente ao DPVAT é constituída com base nos valores informados exclusivamente pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR - É constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data base de cálculo. A Seguradora dispõe de um histórico de informações com dados estatísticos consistentes para a aplicação de método que utilize sua base de sinistros própria. Dessa forma, ela recorreu às informações públicas disponibilizadas no Sistema de Estatísticas da SUSEP - SES, buscando um percentual padrão por linha de negócio, de empresas com operações semelhantes, a ser aplicado no seu prêmio base dos últimos doze meses. Ressalta-se que a Companhia deve observar os percentuais apurados de forma a utilizá-los de acordo com as variações e/ou discrepâncias em relação ao acompanhamento realizado internamente, via testes de consistência. Uma vez que a Seguradora passe a apresentar uma base de dados madura que permita o cálculo estatístico da provisão de IBNR, essa será utilizada para utilizar metodologia estatística própria. Além do montante apurado acima, o valor final de IBNR pode ser acrescido de uma parcela adicional de expectativa de sinistro para o grupo de riscos financeiros. Essa parcela reflete a expectativa de perda das expectativas avisadas à seguradora que ainda não foram caracterizados como sinistros. A provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR referente ao DPVAT é constituída com base nos valores informados exclusivamente pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. Provisão de despesas relacionadas - PDR - É constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto às despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. A seguradora registra de forma tempestiva todas as despesas relacionadas ao processo de regulação de sinistros avisados e expectativas de sinistros do segmento de riscos financeiros. Em relação às despesas não incorridas de sinistros ocorridos, que, possivelmente se tornarão incorridas ao longo do período dos riscos assumidos, a Seguradora utiliza metodologia própria com base no seu histórico de despesas para apurar um percentual médio de despesas a ser aplicado aos sinistros pendentes na PSL e sinistros estimados em IBNR. e) Custos de aquisição diferidos - As despesas de comissão de seguro são registradas

quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio de seguro relacionado. A tabela abaixo demonstra o prazo médio de diferimento dos ramos:

Table with 3 columns: Ramos, Prazo médio de vigência (Em dias), Prazo médio de vigência (Em meses). Rows include Comprehensive empresarial, Lucros cessantes, Riscos de engenharia, etc.

A tabela abaixo demonstra o prazo médio de diferimento dos ramos:

Table with 3 columns: Ramos, Prazo médio de vigência (Em dias), Prazo médio de vigência (Em meses). Rows include Lucros cessantes, Riscos de engenharia, Riscos diversos, etc.

f) Reconhecimento de sinistros e despesas - Os sinistros decorrentes de seguros gerais incluem todos os eventos que ocorrem durante os exercícios, avisados ou não, os respectivos custos internos e externos com tratamento de sinistros diretamente relacionados ao processamento e liquidação dos mesmos, o valor reduzido representado por salvados e ressarcimentos e outros montantes recuperados e eventuais ajustes de sinistros a liquidar de exercícios anteriores. g) Imobilizado - O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixada. Todos os outros reparos e as manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. h) Intangível - Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento de softwares de terceiros que são diretamente usados pela Seguradora são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso. • A Administração pretende concluir o software e usá-lo. • Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros. • Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar o software. • O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos no desenvolvimento e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada. i) Recuperação de ativos financeiros - Por ocasião de encerramento de balanço, a Seguradora avalia se há evidências objetivas de que um determinado ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos originados pela não recuperação do ativo são incorridos somente se há evidências objetivas de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos. j) Ativos contabilizados ao custo amortizado - Quando houver evidência clara da ocorrência de perda de valor recuperável de ativos contabilizados ao custo amortizado, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas, mas ainda não incorridas), descontada à taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. A Seguradora inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda de valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativo, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se for concluído que não existe real evidência de perda de valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto com relação à perda de valor recuperável. Eventual perda no valor recuperável é sempre avaliada na data de encerramento do exercício. Para fins de impairment, a Companhia designa os prêmios de seguros a receber a partir de estudos econômicos de perdas incorridas, e riscos de inadimplência entre outros fatores. A constituição de impairment será registrada quando necessário de acordo com a Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015. Se, em período subsequente, houver redução no montante da perda no valor recuperável claramente relacionada a um evento ocorrido após o reconhecimento da referida perda, a perda no valor recuperável anteriormente reconhecida será estornada. Qualquer estorno subsequente de perda no valor recuperável é reconhecido na demonstração do resultado, na medida em que o valor contábil do ativo não ultrapasse o seu respectivo custo amortizado na data do estorno. k) Imposto de renda e contribuição social - Ativos e passivos tributários correntes do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e exercícios anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. O imposto de renda foi calculado com base no resultado do período, pela alíquota de 25%, ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal em vigor. A contribuição social foi calculada com base no resultado do período, pela alíquota de 20%, ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal em vigor. O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. As diferenças temporárias serão utilizadas para reduzir ou aumentar lucros tributários futuros. A Companhia semestralmente reavalia o montante de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos em relação à performance operacional e projeção do lucro tributável e, se necessário, reduz os valores para o valor esperado de realização. l) Teste de adequação de passivo - TAP - Conforme requerido pelo pronunciamento CPC nº 11 - Contratos de Seguro, em cada data de balanço, a Seguradora avalia as obrigações decorrentes dos contratos de seguro vigentes na data base através do teste de adequação de passivo. A Superintendência de Seguros Privados instituiu e definiu as regras para a elaboração deste teste por meio da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, suas alterações e orientações posteriores. O teste de adequação de passivo não se aplica aos contratos de seguro relativos ao ramo DPVAT e foi realizado com prudência e objetividade, a partir da utilização de métodos estatísticos e atuariais relevantes, aplicáveis e adequados, baseado em dados atualizados, informações fidedignas e considerações realistas. Os fluxos de caixa estimados na realização do teste de adequação de passivos são brutos de resseguro. Na estimativa desses fluxos de caixa futuros, utilizou-se premissas atuais, realistas e não tendenciosas para cada variável envolvida. Todas as premissas e resultados encontrados apresentam detalhamento em relatório específico do teste. Em resumo, o resultado do teste de adequação de passivo é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base do teste, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos in-

tangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. A Seguradora apresenta apenas fluxos de direitos e obrigações em moeda nacional e em dólar. Dessa forma, para as estimativas dos fluxos de caixa em valores nominais foi utilizada a ETTJ livre de risco pré-fixada da ANBIMA disponibilizada pela SUSEP. Do mesmo modo, para as estimativas decorrentes dos fluxos de caixa em dólar, utilizou-se a curva cupom dólar, disponibilizada pela SUSEP. Os testes de adequação de passivo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 indicaram que as provisões constituídas nas referidas datas base, deduzidas das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis relacionados, são suficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de seguro. Além disso, a comparação entre a provisão de prêmio não ganho - PPNG constituída, deduzida das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis relacionados, com o valor presente dos fluxos de sinistros a ocorrer da Seguradora, não demonstrou necessidade de constituição da provisão complementar de cobertura - PCC. m) Outras provisões, ativos e passivos contingentes - Segundo o CPC nº 25 - Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, uma provisão contingente de natureza trabalhista, cível e tributária é reconhecida quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de evento passado, cujo valor tenha sido estimado com segurança e que seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são constituídas a partir de uma série de análises individualizadas, efetuadas pela assessoria jurídica da Seguradora, dos processos administrativos e judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável. n) Apuração do resultado - O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera que a contabilização dos prêmios de seguros ocorre na data de emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro. Os prêmios de seguros e as correspondentes despesas de comercialização são apropriados no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. As receitas de prêmios de seguros são apropriadas ao resultado quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e diferidas para apropriação, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos - PPNG. Os prêmios relativos aos contratos de resseguro são registrados como prêmios de resseguros cedidos no resultado e diferidos para apropriação por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos - PPNG, conforme metodologia descrita em nota técnica atuarial. o) Resultado por ação - Em atendimento ao CPC nº 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta o resultado por ação básico e diluído para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017. O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade de ações disponíveis na data. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não possuía ações preferenciais. O cálculo do lucro líquido por lote de mil ações está demonstrado nas demonstrações de resultado do exercício. Para a finalidade de calcular o resultado diluído por ação, a Companhia ajusta o lucro atribuído ao titular de ações ordinárias (capital próprio ordinário) da Companhia, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder do acionista (em circulação), para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras. O objetivo do resultado diluído por ação é fornecer uma medida da participação de cada ação ordinária no desempenho da companhia e, ao mesmo tempo, refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras em circulação durante o período. p) Incentivo baseado em ações - O incentivo dos executivos baseado em ações é mensurado e reconhecido a valor justo na data em que as opções foram outorgadas, em conta específica no patrimônio líquido e na demonstração do resultado, conforme as condições contratuais sejam atendidas. O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido ao longo do exercício em que as condições de serviço são cumpridas, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. q) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente - O CPC nº 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros foi emitido em dezembro de 2016, é o primeiro passo no processo para substituir o IAS nº 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O CPC nº 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. Conforme ata de reunião da Comissão Contábil da SUSEP de 25/01/2018, a discussão sobre esse pronunciamento será realizada na Comissão Contábil da SUSEP, a fim de avaliar a forma de adoção pelo mercado supervisionado. Foi destacado que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC adicionou ao cabeçalho do CPC nº 38 um aviso alertando que o pronunciamento continua válido enquanto sua revogação não for determinada pelo órgão regulador. O IFRS nº 17 - Contratos de Seguros foi emitido em maio de 2017 e estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. O IFRS nº 17 é aplicável a partir de 01 janeiro de 2021, sendo permitida a aplicação antecipada. O IFRS nº 16 - CPC 06 (R2) "Leasing" estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem base para que usuários das demonstrações financeiras avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A nova norma passa a vigorar por períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. Os normativos acima serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor das normas. Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia. 4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de alto grau de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das práticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. a) Avaliação de passivos de contratos de seguros - Conforme permitido pelo pronunciamento CPC nº 11 - Contratos de Seguro, a Companhia aplicou as práticas contábeis aceitas no Brasil aos seus contratos de seguro. As provisões técnicas que representam os passivos de contratos de seguros dos ramos em que a Seguradora atua são: provisão de prêmios não ganhos riscos vigentes e já emitidos - PPNG, provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes, mas não emitidos - PPNG-RVNE, provisão de sinistros a liquidar - PSL, provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR e provisão de despesas relacionadas - PDR. As provisões técnicas da Seguradora são calculadas de acordo com metodologias conhecidas no mercado segurador brasileiro, estando em conformidade com todos os requisitos estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. O comportamento da carteira de seguros da Companhia é acompanhado mensalmente a fim de prever e estabelecer critérios adequados para mensuração de suas provisões. b) Provisão para recuperação de ativos de seguros, cosseguros e resseguros - Essas provisões são registradas de acordo com a Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas alterações, sendo constituídas em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos valores a receber relativos a operações com seguros, cosseguros e resseguros. c) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível - A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização desses ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão das estimativas de vida útil. d) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - A Administração revisa mensualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. e) Provisões para contingências - A Seguradora está sujeita a reivindicações legais, civis e trabalhistas cobrindo assuntos que advêm do curso normal das atividades de seus negócios, sendo que a avaliação dos riscos envolve considerável julgamento

continua



Continuação

AUSTRAL SEGURADORA S.A.

CNPJ/MF Nº 11.521.976/0001-26

por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. Como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recurso envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas mensalmente. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía nenhuma contingência de natureza trabalhista ou tributária, possuindo apenas contingências de natureza cível que se encontram provisionadas na rubrica de PSL judicial.

5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro: a) **Risco de seguro** - O principal risco para a Seguradora nos contratos de seguro é que os pagamentos de sinistros não correspondam às expectativas. Isso é influenciado pela frequência dos sinistros, sua gravidade, valores efetivamente pagos e históricos de sinistros de longo prazo. Desta forma, o objetivo da Seguradora é de assegurar a disponibilidade de reservas suficientes para cobrir esses passivos. A exposição do risco acima é reduzida por meio da diversificação da carteira, através da análise criteriosa de aceitação do risco, com a implementação de diretrizes saudáveis e prudentes sobre a estratégia de subscrição, bem como o monitoramento constante para realização de eventuais ajustes. A Seguradora subscreve seguros listados na tabela a seguir, considerando fatores técnicos de risco. Para fins de precificação dos riscos, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para a carteira, é adotada a política de subscrição e procedimentos operacionais para avaliação de riscos. A Seguradora utiliza um modelo de precificação que segue as premissas de gestão de riscos da Companhia. Destacamos que o procedimento contempla o regime de alçadas decisórias, documentos estes formalmente aprovados e devidamente divulgados a todas as alçadas envolvidas. A Seguradora adquire resseguro como parte do seu programa de redução de riscos. O resseguro cedido é contratado em bases proporcionais e não proporcionais. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por carteira, baseada no valor de prêmio bruto de resseguro e líquido de resseguro.

Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 31 de dezembro de 2018

| Ramo/região geográfica | Centro | | | | | |
|------------------------------|---------------|---------------|--------------|----------------|--------------|----------------|
| | Oeste | Nordeste | Norte | Sudeste | Sul | Total |
| DPVAT | 2.122 | 4.190 | 1.266 | 10.193 | 4.266 | 22.037 |
| Garantia | 13.715 | 10.356 | 1.111 | 146.474 | 2.791 | 174.447 |
| Fiança locatícia | - | 34 | 27 | 355 | 1 | 417 |
| Risco de engenharia | 2 | 19 | - | 488 | 17 | 526 |
| Responsabilidade civil | 154 | 1 | - | 32 | 1 | 188 |
| Risco de petróleo | - | 657 | - | 208.682 | - | 209.339 |
| Lucros cessantes | - | - | - | 8.840 | - | 8.840 |
| Riscos nomeados operacionais | 1.100 | 4 | 897 | 4.086 | 137 | 6.224 |
| Riscos marítimos - casco | - | 485 | 206 | 21.352 | 198 | 22.241 |
| Compreensivo empresarial | - | - | - | 30 | - | 30 |
| Total | 17.093 | 15.746 | 3.507 | 400.532 | 7.411 | 444.289 |

Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 31 de dezembro de 2017

| Ramo/região geográfica | Centro | | | | | |
|------------------------------|---------------|---------------|--------------|----------------|---------------|----------------|
| | Oeste | Nordeste | Norte | Sudeste | Sul | Total |
| DPVAT | 2.386 | 4.633 | 1.475 | 12.021 | 5.022 | 25.537 |
| Garantia | 11.484 | 6.554 | 7.916 | 132.860 | 3.067 | 161.881 |
| Fiança locatícia | - | 45 | 15 | 581 | 1 | 642 |
| Risco de engenharia | 1.354 | 47 | - | 5.698 | 7 | 7.106 |
| Responsabilidade civil | 200 | 3 | - | 247 | - | 450 |
| Risco de petróleo | - | - | - | 127.096 | - | 127.096 |
| Riscos diversos | - | - | - | (51) | - | (51) |
| Lucros cessantes | - | 79 | - | 2.791 | 798 | 3.668 |
| Riscos nomeados operacionais | 1.228 | 83 | 451 | 5.623 | 2.250 | 9.635 |
| Riscos marítimos - casco | - | 1.304 | 89 | 9.725 | 466 | 11.584 |
| Total | 16.652 | 12.748 | 9.946 | 296.591 | 11.611 | 347.548 |

Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 31 de dezembro de 2018

| Ramo/região geográfica | Centro | | | | | |
|------------------------------|--------------|---------------|--------------|---------------|--------------|----------------|
| | Oeste | Nordeste | Norte | Sudeste | Sul | Total |
| DPVAT | 2.122 | 4.191 | 1.266 | 10.193 | 4.266 | 22.038 |
| Garantia | 7.511 | 5.556 | 630 | 59.785 | 1.561 | 75.043 |
| Fiança locatícia | - | 19 | 15 | 147 | - | 181 |
| Risco de engenharia | 1 | 9 | - | 224 | 8 | 242 |
| Responsabilidade civil | 40 | 1 | - | 14 | - | 55 |
| Risco de petróleo | - | 83 | - | 5.797 | - | 5.880 |
| Lucros cessantes | - | - | - | 1.231 | - | 1.231 |
| Riscos nomeados operacionais | 318 | - | 165 | 838 | 24 | 1.345 |
| Riscos marítimos - casco | - | 208 | 79 | 3.416 | 117 | 3.820 |
| Compreensivo empresarial | - | - | - | 13 | - | 13 |
| Total | 9.992 | 10.067 | 2.155 | 81.658 | 5.976 | 109.848 |

Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 31 de dezembro de 2017

| Ramo/região geográfica | Centro | | | | | |
|------------------------------|--------------|--------------|--------------|---------------|--------------|----------------|
| | Oeste | Nordeste | Norte | Sudeste | Sul | Total |
| DPVAT | 2.386 | 4.633 | 1.475 | 12.021 | 5.022 | 25.537 |
| Garantia | 6.148 | 3.931 | 4.686 | 58.426 | 1.616 | 74.807 |
| Fiança locatícia | - | 30 | 10 | 352 | 1 | 393 |
| Risco de engenharia | 258 | 23 | - | 1.082 | 4 | 1.367 |
| Responsabilidade civil | 42 | 1 | - | 69 | - | 112 |
| Risco de petróleo | - | - | - | 3.816 | - | 3.816 |
| Riscos diversos | - | - | - | (35) | - | (35) |
| Lucros cessantes | - | 4 | - | 228 | 32 | 264 |
| Riscos nomeados operacionais | 262 | 4 | 79 | 117 | 90 | 552 |
| Riscos marítimos - casco | - | 574 | 35 | 2.553 | 168 | 3.330 |
| Total | 9.096 | 9.200 | 6.285 | 78.629 | 6.933 | 110.143 |

b) **Riscos financeiros** - A política de investimentos define as diretrizes para a alocação dos recursos da Seguradora em títulos e valores mobiliários bem como o monitoramento dos riscos inerentes à carteira de investimentos. Os investimentos são pautados em análises dos cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazo, sendo observadas as principais variáveis da economia brasileira e mundial, tais como: expectativas de evolução das taxas de juros, inflação, câmbio, crescimento da economia, entre outras. Em suas decisões de investimento, a Seguradora considera a necessidade de caixa e o casamento dos seus ativos e passivos seguindo uma postura conservadora com relação ao crédito de suas contrapartes e nos investimentos realizados. A gestão de riscos dos investimentos financeiros é realizada através de análise e monitoramento diário da carteira. A Seguradora possui um comitê de investimentos que se reúne para analisar a performance da carteira, traçar cenários prospectivos e, com isso, definir as linhas gerais para os investimentos nos meses seguintes. c) **Risco de crédito** - Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. As análises de risco de créditos são baseadas em rating determinado por agências classificadoras de riscos. A Companhia possui negócios com resseguradores locais, admitidos e eventuais bem avaliados pelas agências de rating, apresentando as seguintes classificações mínimas: Standard & Poor's (BBB), Fitch (A-), Moody's (A2) e A.M Best Company (B++). Adicionalmente, a Seguradora possui uma exposição de R\$5.443 (R\$3.308 em 31 de dezembro de 2017) em cosseguro, onde as contrapartes são sociedades seguradoras. Esta exposição em risco de crédito foi calculada de acordo com o artigo 5º do anexo I da Resolução CNSP nº 321, de 15

de julho de 2015 e suas alterações posteriores. d) **Risco de mercado** - Consiste na possibilidade de perdas, em função de flutuação desfavorável do valor dos investimentos da Seguradora. O controle do risco de mercado é baseado no modelo Value at Risk - VAR, que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência. Em paralelo a esse controle, a Seguradora desenvolveu um modelo para cálculo do capital de risco de mercado baseado nos princípios estabelecidos na Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015 e suas alterações posteriores. e) **Risco de liquidez** - Consiste na possibilidade de uma Companhia não ser capaz de responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descasamento de prazo entre seus ativos e passivos. A Administração possui visibilidade diária à carteira da Companhia, discutindo regularmente em suas reuniões ou extraordinariamente quando necessário a posição dos investimentos levando em conta a sua liquidez e expectativa de rentabilidade. A Seguradora tem por filosofia ser conservadora em seus ativos financeiros, entendidos como a soma de sua posição disponível mais suas aplicações financeiras, priorizando sempre a capacidade de liquidez na escolha de seus ativos financeiros e tendo como base suas obrigações com as contrapartes. Atualmente a empresa possui 63,79% (65,2% em 31 de dezembro de 2017) da sua carteira em depósitos bancários, LFT, NTN-B e demais títulos que possuem liquidez diária a despeito do seu vencimento. As cotas de fundos de investimentos referentes ao DPVAT correspondem a 24,8% (25,7% em 31 de dezembro de 2017) de sua carteira (esses fundos só podem investir em títulos públicos que, como dito anteriormente, possuem liquidez imediata). Adicionalmente, 10,8% (6,6% em 31 de dezembro de 2017) dos ativos financeiros são compostos por fundos de investimento com prazos de resgate de até 120 dias. Vale ressaltar que a Seguradora faz um bloqueio em ativos aceitos pelo Conselho Monetário Nacional para cobertura das provisões técnicas e de 20% do capital de risco, mantendo uma situação de liquidez em relação ao capital de risco, conforme disposto na Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015.

Ativos e passivos

| | 31 de dezembro de 2018 | | | |
|---|------------------------|----------------|-----------------|----------------|
| | Até 1 ano | De 1 a 2 anos | Acima de 2 anos | Total |
| Caixa e bancos | 7.181 | - | - | 7.181 |
| Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado | 269.240 | 2.440 | - | 271.680 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 71.178 | - | - | 71.178 |
| Crédito das operações de seguros e resseguros | 115.509 | 36.377 | 47.011 | 198.897 |
| Outros créditos operacionais | 10.831 | - | - | 10.831 |
| Títulos e créditos a receber | 4.006 | 349 | - | 4.355 |
| Total de ativos | 477.945 | 39.166 | 47.011 | 564.122 |
| Contas a pagar | 16.402 | - | - | 16.402 |
| Passivos de contrato de seguros (líquidos de resseguro) | 169.771 | 72.077 | 22.679 | 264.527 |
| Débito das operações de seguros e resseguros | 124.619 | 28.685 | 39.662 | 192.966 |
| Depósitos de terceiros | 5.681 | - | - | 5.681 |
| Total de passivos | 316.473 | 100.762 | 62.341 | 479.576 |

Ativos e passivos

| | 31 de dezembro de 2017 | | | |
|---|------------------------|---------------|-----------------|----------------|
| | Até 1 ano | De 1 a 2 anos | Acima de 2 anos | Total |
| Caixa e bancos | 7.217 | - | - | 7.217 |
| Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado | 236.684 | 7.148 | - | 243.832 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 39.651 | - | - | 39.651 |
| Crédito das operações de seguros e resseguros | 119.949 | 23.343 | 30.306 | 173.598 |
| Outros créditos operacionais | 68.774 | - | - | 68.774 |
| Títulos e créditos a receber | 6.909 | 28.443 | - | 35.352 |
| Total de ativos | 479.184 | 58.934 | 30.306 | 568.424 |
| Contas a pagar | 7.950 | 2.270 | - | 10.220 |
| Passivos de contrato de seguros (líquidos de resseguro) | 140.086 | 60.829 | 58.391 | 259.306 |
| Débito das operações de seguros e resseguros | 180.863 | 11.894 | 23.215 | 215.972 |
| Depósitos de terceiros | 2.545 | - | - | 2.545 |
| Total de passivos | 331.444 | 74.993 | 81.606 | 488.043 |

f) **Testes de sensibilidade** - A Seguradora tem como procedimento em sua política de monitoramento de riscos, a análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a volatilidade da mesma, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. De acordo com a administradora dos recursos financeiros da Companhia, a Vinci Gestora de Recursos Ltda., tais investimentos geravam uma exposição cujo Value at Risk - VAR paramétrico com nível de confiança de 95%, horizonte de um dia e histórico de duzentos e cinquenta e dois dias úteis era 0,14% do patrimônio da carteira ou 0,24% com nível de confiança de 99%. A Seguradora também considera em sua análise o comportamento da sua carteira de investimentos em cenários de stress dos principais fatores de risco que compõem seus ativos, descritos abaixo: • Estrutura da curva a termo do IPCA: variação de 100 pontos base ou 1% de forma equânime em todos os vértices da curva a termo de inflação - IPCA, inferida pela curva de juros das NTN-B. • Câmbio: variação de 5% na taxa de câmbio.

O impacto sobre o resultado e patrimônio líquido da Seguradora após impostos e contribuições em 31 de dezembro de 2018 seria uma redução do resultado e do patrimônio líquido no montante de R\$521 (R\$667 em 31 de dezembro de 2017). 6. **Ativos financeiros:** a) **Classificação por categoria e faixa de vencimento**

| | 31 de dezembro de 2018 | | | | | | | | |
|--|------------------------|----------------|---------------|------------------|-------------------|---------------------------|----------------|------------------------------------|------------------------------------|
| | Taxas contratadas | Sem vencimento | Até 12 meses | De 13 a 60 meses | Acima de 60 meses | Valor contábil de mercado | Valor de curva | Percentual contábil das aplicações | Percentual de curva das aplicações |
| I. Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado: | - | 86.839 | - | - | - | 86.839 | 86.839 | 26% | 26% |
| Quotas de fundo de investimento financeiro - DPVAT | - | 86.839 | - | - | - | 86.839 | 86.839 | 26% | 26% |
| Letras financeiras do tesouro - LFT | SELIC | - | 44.798 | 99.253 | 701 | 144.752 | 144.771 | 42% | 42% |
| Quotas de fundos de investimentos | - | 40.089 | - | - | - | 40.089 | 40.089 | 12% | 12% |
| II. Títulos disponíveis para venda: | - | - | 8.858 | 33.991 | - | 42.849 | 41.121 | 13% | 13% |
| Notas do tesouro nacional - NTN-B no país | IPCA | - | 9.697 | - | - | 9.697 | 9.698 | 3% | 3% |
| Certificado de depósito no exterior | - | - | 16.192 | - | - | 16.192 | 16.192 | 6% | 6% |
| Títulos públicos no exterior | 4,76 | - | 4.652 | - | - | 4.652 | 4.711 | 1% | 1% |
| Títulos privados no exterior | 4,37 | - | 13.980 | - | - | 13.980 | 14.111 | 3% | 3% |
| Total | - | 126.928 | 54.495 | 126.743 | 34.692 | 342.858 | 341.340 | 100% | 100% |

| | 31 de dezembro de 2017 | | | | | | | | |
|--|------------------------|----------------|----------------|------------------|-------------------|---------------------------|----------------|------------------------------------|------------------------------------|
| | Taxas contratadas | Sem vencimento | Até 12 meses | De 13 a 60 meses | Acima de 60 meses | Valor contábil de mercado | Valor de curva | Percentual contábil das aplicações | Percentual de curva das aplicações |
| I. Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado: | - | 74.778 | - | - | - | 74.778 | 74.778 | 26% | 26% |
| Quotas de fundo de investimento financeiro - DPVAT | - | 74.778 | - | - | - | 74.778 | 74.778 | 26% | 26% |
| Letras financeiras do tesouro - LFT | SELIC | - | 86.016 | 40.529 | - | 126.545 | 126.541 | 45% | 45% |
| Certificado de depósito no exterior | 1,38% | - | 16.192 | - | - | 16.192 | 16.192 | 6% | 6% |
| Quotas de fundos de investimentos | - | 26.317 | - | - | - | 26.317 | 26.317 | 9% | 9% |
| II. Títulos disponíveis para venda: | - | - | 8.452 | 31.199 | - | 39.651 | 39.284 | 14% | 14% |
| Notas do tesouro nacional - NTN-B | IPCA | - | 9.697 | - | - | 9.697 | 9.698 | 3% | 3% |
| Títulos públicos no exterior | 4,76 | - | 4.652 | - | - | 4.652 | 4.711 | 1% | 1% |
| Títulos privados no exterior | 4,37 | - | 13.980 | - | - | 13.980 | 14.111 | 3% | 3% |
| Total | - | 101.095 | 102.208 | 48.981 | 31.199 | 283.483 | 283.112 | 100% | 100% |

Para os títulos públicos, os valores de mercado foram determinados com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMA). As quotas dos fundos de investimento são valorizadas com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço, conforme informado pelos administradores dos respectivos fundos de investimento. O valor de mercado dos fundos imobiliários listados que a Seguradora possui em carteira foi obtido a partir do preço divulgado pelo administrador. b) **Hierarquia de valor justo** - A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, e seus respectivos métodos de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue: • Nível 01: títulos com cotação em mercado ativo. • Nível 02: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 01" cuja precificação é direta ou indiretamente observável.

31 de dezembro de 2018 31 de dezembro de 2017

| | 31 de dezembro de 2018 | | | 31 de dezembro de 2017 | | |
|--|------------------------|----------|---------|------------------------|----------|---------|
| | Nível 01 | Nível 02 | Total | Nível 01 | Nível 02 | Total |
| I. Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado: | - | 86.839 | 86.839 | - | 74.778 | 74.778 |
| Quotas de fundos de investimentos | 26.586 | 13.503 | 40.089 | 6.342 | 19.975 | 26.317 |
| Quotas de fundo de investimento financeiro - DPVAT | - | 86.839 | 86.839 | - | 74.778 | 74.778 |
| Títulos de renda fixa - públicos: | - | - | - | - | - | - |
| Letras financeiras do tesouro - LFT | 144.752 | - | 144.752 | 126.545 | - | 126.545 |

| Fatores de risco | Cenário A (**) | | Cenário B (**) | |
|------------------|----------------|---|----------------|---|
| | Choque | Impacto no resultado antes dos impostos | Choque | Impacto no resultado antes dos impostos |
| Inflação | +100 bps (*) | (3.830) | -100 bps (*) | 3.830 |
| Câmbio | +5% | 2.002 | -5% | (2.002) |
| Total | | (1.828) | | 1.828 |

(*) bps = pontos base, sendo 1 bp = 0,01%. (**) Informações fornecidas pela Administradora dos recursos financeiros da Companhia (Vinci Gestora de Recursos Ltda.). Além dos cenários acima expostos, os índices de sinistralidade observados nas linhas de negócio impactam diretamente o resultado apresentado em 31 de dezembro de 2018. Com o intuito de realizar um teste de sensibilidade de sinistralidade, adotou-se um percentual de 10% de agravamento nos valores das indenizações avisadas líquidas das expectativas de salvados e ressarcimentos e brutas das despesas relacionadas a sinistros dos últimos doze meses por ramo de atuação da Seguradora, desconsiderando a operação de DPVAT. O prêmio base utilizado nesse teste não considerou a estimativa de riscos vigentes e não emitidos. Essa sinistralidade agravada foi limitada a uma sinistralidade mínima de 10% sobre o prêmio ganho apurado por ramo dos últimos doze meses. Os valores utilizados são brutos das operações de cosseguro aceito e líquidos das operações de cosseguro cedido. Dessa forma, pode-se calcular o impacto sobre o resultado da Companhia com esses novos montantes de sinistros. Observa-se que a atual metodologia utilizada para cálculo do sinistro ocorrido, mas não avisado - IBNR não sofre impacto com esse agravamento de sinistralidade. A tabela abaixo apresenta os valores de variação dos sinistros avisados brutos e líquidos de resseguros, considerando as sinistralidades abaixo informadas

Continuação

AUSTRAL SEGURADORA S.A.

CNPJ/MF Nº 11.521.976/0001-26

7. **Garantia das provisões técnicas:** O Banco Central do Brasil - BACEN, através da Resolução nº 4.444, de 13 de novembro de 2015, com suas alterações posteriores, e a SUSEP, através da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte das sociedades seguradoras. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia apresentava as seguintes coberturas:

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|------------------|------------------|
| Provisão de prêmios não ganho - PPNG | 492.330 | 400.286 |
| Provisão de sinistros a liquidar - PSL | 342.546 | 99.266 |
| Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR | 128.889 | 113.774 |
| Provisão de despesas relacionadas - PDR | 6.362 | 1.486 |
| Provisão de despesas administrativas - DPVAT | 360 | 417 |
| Total das provisões técnicas | 970.487 | 615.229 |
| Direitos creditórios | (165.442) | (141.403) |
| Custo de aquisição diferido redutores de PPNG | (33.269) | (34.696) |
| Provisão de prêmios não ganho resseguros - PPNG | (210.444) | (139.497) |
| Recuperação de sinistros a liquidar - PSL | (314.203) | (59.822) |
| Recuperação de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR | (49.049) | (45.642) |
| Provisão de despesas relacionadas - PDR | (5.756) | (1.316) |
| Depósitos judiciais redutores | - | (28.443) |
| Provisão do consórcio DPVAT | (86.778) | (74.678) |
| Total das exclusões | (864.941) | (525.497) |
| Total das provisões técnicas para cobertura | 105.546 | 89.732 |

Composição dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas:

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|----------------|----------------|
| Letras financeiras do tesouro - LFT | 69.804 | 43.100 |
| Notas do tesouro nacional - NTN-B | 42.849 | 39.651 |
| Quotas de fundos de investimentos | 8.098 | 17.184 |
| Quotas de fundo de investimento imobiliário | 6.586 | 6.342 |
| Total dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas | 127.337 | 106.277 |
| Suficiência | 21.791 | 16.545 |

8. **Crédito das operações com seguros - prêmios a receber**

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|----------------|----------------|
| Prêmios a receber - circulante | 105.977 | 108.616 |
| Prêmios a receber - não circulante | 83.388 | 53.542 |
| Total circulante e não circulante | 189.365 | 162.158 |
| Aging de prêmios a receber: | | |
| Prêmios a vencer | | |
| De 1 a 30 dias | 28.556 | 53.138 |
| De 31 a 60 dias | 20.267 | 16.835 |
| De 61 a 120 dias | 19.589 | 15.858 |
| De 121 a 180 dias | 6.615 | 7.506 |
| De 181 a 360 dias | 25.401 | 11.501 |
| Superior a 360 dias | 83.388 | 53.542 |
| Total de prêmios a vencer | 183.816 | 158.380 |
| Prêmios vencidos | | |
| De 1 a 30 dias | 1.399 | 3.113 |
| De 31 a 60 dias | 1.645 | 291 |
| De 61 a 120 dias | 2.203 | 374 |
| De 121 a 180 dias | 1.689 | - |
| De 181 a 360 dias | 642 | - |
| Total de prêmios vencidos | 7.578 | 3.778 |
| Provisão para perda de valor recuperável | (2.029) | - |
| Total de prêmios a receber | 189.365 | 162.158 |

Movimentação dos prêmios a receber

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|----------------|----------------|
| Saldo inicial | 162.158 | 131.931 |
| (+)- Prêmios emitidos | 506.225 | 324.353 |
| (+/-) Riscos vigentes não emitidos - RVNE | (21.737) | 26.306 |
| (+) Imposto sobre operações financeiras - IOF | 22.346 | 9.761 |
| (+/-) Adicional de fracionamento | 119 | 423 |
| (-) Recebimentos | (477.717) | (330.616) |
| (-) Provisão para perda de valor recuperável | (2.029) | - |
| Saldo final | 189.365 | 162.158 |

9. **Ativos de resseguros - provisões técnicas:**

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|----------------|----------------|
| Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR | 49.049 | 45.642 |
| Recuperação de despesa de sinistro | 5.757 | 1.316 |
| Recuperação de indenização de sinistro | 314.203 | 59.822 |
| Prêmio de resseguro diferido | 336.951 | 249.143 |
| Total geral | 705.960 | 355.923 |
| Total circulante | 549.491 | 236.373 |
| Total não circulante | 156.469 | 119.550 |

10. **Títulos e créditos a receber:** a) **Créditos tributários** - Em 31 de dezembro de 2018, o valor de R\$ 3.904 (R\$2.932 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a: (i) R\$2.022 (R\$2.381 em 31 de dezembro de 2017) referente a créditos tributários de Programa de Integração Social PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS calculados sobre o saldo da Provisão de Sinistro a Liquidar - PSL e Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR; (ii) R\$ 1.866 (R\$529 em 31 de dezembro de 2017) referente a créditos tributários de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL; e (iii) R\$ 16 (R\$22 em 31 de dezembro de 2017) referente a créditos tributários de Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, pago a maior. Os créditos tributários de PIS e COFINS mencionados acima possuem perspectiva de realização no curto prazo principalmente os créditos calculados sobre o saldo de Provisão de sinistros a liquidar - PSL e Sinistros ocorridos, mas não Avisados - IBNR que se dará mediante o pagamento do sinistro. b) **Depósitos judiciais** - Em 31 de dezembro de 2017, havia o valor de R\$28.443 referente à ação de consignação em pagamento proposta pela seguradora em face do Segurado, por meio da qual a Seguradora depositou em juízo o valor da indenização securitária apurada em processo de regulação de sinistro (valor este devidamente atestado por laudo técnico), diante da discordância e recusa do segurado em receber o valor apurado. O referido valor foi levantado pelo segurado em 13 de setembro de 2018, sendo os valores baixados e a ação encerrada, sem desembolso adicional para a Seguradora. 11. **Custos de aquisição diferidos:**

| Ramos | 31/12/2017 | Consti-tuição | Diferimento / cancelamento | 31/12/2018 |
|--|---------------|---------------|----------------------------|---------------|
| Garantia | 19.286 | 4.280 | (1.120) | 22.446 |
| Fiança locatícia | 69 | 44 | (76) | 37 |
| Responsabilidade civil | 82 | 10 | (67) | 25 |
| Riscos de engenharia | 1.573 | - | (1.012) | 561 |
| Riscos de petróleo | 504 | 877 | (836) | 545 |
| Riscos nomeados e operacionais | 156 | 413 | (432) | 137 |
| Lucros cessantes | 22 | 522 | (257) | 287 |
| Riscos marítimos - casco | 900 | 1.026 | (1.063) | 863 |
| Compreensivo empresarial | - | 17 | (16) | 1 |
| Total circulante | 22.592 | 7.189 | (4.879) | 24.902 |
| Garantia | 28.139 | 10.091 | (1.799) | 36.431 |
| Fiança locatícia | 14 | - | (14) | - |
| Responsabilidade civil | 24 | - | (13) | 11 |
| Riscos de engenharia | 842 | - | (446) | 396 |
| Riscos de petróleo | 2 | 187 | (188) | 1 |
| Lucros cessantes | - | 12 | (12) | - |
| Riscos marítimos - casco | - | 27 | (27) | - |
| Total não circulante | 29.021 | 10.317 | (2.499) | 36.839 |
| Total circulante e não circulante | 51.613 | 17.506 | (7.378) | 61.741 |

| Ramos | 31/12/2016 | Consti-tuição | Diferimento / cancelamento | 31/12/2017 |
|--------------------------------|---------------|---------------|----------------------------|---------------|
| Garantia | 15.144 | 4.657 | (515) | 19.286 |
| Fiança locatícia | 61 | 72 | (64) | 69 |
| Responsabilidade civil | 40 | 49 | (7) | 82 |
| Riscos de engenharia | 1.039 | 636 | (102) | 1.573 |
| Riscos de petróleo | 987 | 220 | (703) | 504 |
| Riscos diversos | 179 | - | (179) | - |
| Riscos nomeados e operacionais | 68 | 319 | (231) | 156 |
| Lucros cessantes | 49 | 43 | (70) | 22 |
| Riscos marítimos - casco | 614 | 776 | (490) | 900 |
| Total circulante | 18.181 | 6.772 | (2.361) | 22.592 |

| Ramos | 31/12/2016 | Consti-tuição | Diferimento / cancelamento | 31/12/2017 |
|--|---------------|---------------|----------------------------|---------------|
| Garantia | 22.188 | 7.940 | (1.989) | 28.139 |
| Fiança locatícia | 28 | 3 | (17) | 14 |
| Responsabilidade civil | 63 | 8 | (47) | 24 |
| Riscos de engenharia | 1.637 | 170 | (965) | 842 |
| Riscos de petróleo | 99 | 93 | (190) | 2 |
| Total não circulante | 24.015 | 8.214 | (3.208) | 29.021 |
| Total circulante e não circulante | 42.196 | 14.986 | (5.569) | 51.613 |

Os custos de aquisição diferidos mencionados acima correspondem em sua totalidade às despesas de comissão, que são registradas quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio. Todas as despesas de comissão diferidas foram consideradas no teste de adequação dos passivos. 12. **Imobilizado:**

| | Taxa anual de depreciação | 31/12/2017 | Aquisições | Baixa | Depreciação | 31/12/2018 |
|-------------------------------|---------------------------|--------------|------------|-------------|--------------|--------------|
| Equipamentos | 20% | 284 | 21 | (1) | (110) | 194 |
| Instalações | 10% | 2.022 | - | (11) | (238) | 1.773 |
| Móveis, máquinas e utensílios | 10% | 732 | - | (8) | (109) | 615 |
| Outras imobilizações | 10% | 245 | 96 | (6) | (147) | 188 |
| Total | | 3.283 | 117 | (26) | (604) | 2.770 |

| | Taxa anual de depreciação | 31/12/2016 | Aquisições | Baixa | Depreciação | 31/12/2017 |
|-------------------------------|---------------------------|--------------|------------|--------------|--------------|--------------|
| Equipamentos | 20% | 252 | 153 | (48) | (73) | 284 |
| Instalações | 10% | 2.104 | 624 | (720) | 14 | 2.022 |
| Móveis, máquinas e utensílios | 10% | 782 | 57 | (5) | (102) | 732 |
| Outras imobilizações | 10% | 245 | - | - | - | 245 |
| Total | | 3.383 | 834 | (773) | (161) | 3.283 |

13. **Intangível:**

| | Taxa anual de amortização | 31/12/2017 | Aquisições | Amortização | 31/12/2018 |
|-------------------------|---------------------------|--------------|--------------|----------------|--------------|
| Direito de uso software | 20% | 2.866 | 1.348 | (1.106) | 3.108 |
| Total | | 2.866 | 1.348 | (1.106) | 3.108 |

| | Taxa anual de amortização | 31/12/2016 | Aquisições | Amortização | 31/12/2017 |
|-------------------------|---------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Direito de uso software | 20% | 2.448 | 1.320 | (902) | 2.866 |
| Total | | 2.448 | 1.320 | (902) | 2.866 |

14. **Débito das operações seguro e resseguro - operações com resseguradoras:**

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|-----------------------------|----------------|----------------|
| Prêmios de resseguro cedido | 124.322 | 131.511 |
| Comissão | (36.404) | (32.081) |
| Outros | 12.375 | 60.678 |
| Total circulante | 100.293 | 160.108 |
| Prêmios de resseguro cedido | 78.377 | 47.553 |
| Comissão | (30.901) | (19.732) |
| Total não circulante | 47.476 | 27.821 |
| Total geral | 147.769 | 187.929 |

15. **Depósitos de terceiros:** Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente, a prêmios de seguros direto e prêmios de cosseguro aceito, cujas apólices ainda não foram identificadas, sendo classificadas no passivo circulante. O aging de depósitos de terceiros está distribuído da seguinte forma:

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|----------------------------------|--------------|--------------|
| Aging de depósitos de terceiros: | | |
| De 1 a 30 dias | 164 | 1.478 |
| De 31 a 60 dias | 4.080 | 366 |
| De 61 a 120 dias | 219 | 118 |
| De 121 a 180 dias | 13 | 217 |
| De 181 a 360 dias | 611 | 190 |
| Superior a 360 dias | 594 | 176 |
| Total | 5.681 | 2.545 |

16. **Provisão técnica de seguros e resseguros:**

| | Provisão de seguros | (-) Parcela resseguro | (=) Provisão líquida |
|--|---------------------|-----------------------|----------------------|
|--|---------------------|-----------------------|----------------------|

| Ramos | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---------------------------------------|----------------|----------------|------------------|------------------|----------------|----------------|
| Garantia: | | | | | | |
| Provisões de prêmios não ganhos | 330.837 | 292.326 | (183.460) | (150.038) | 147.377 | 142.288 |
| Sinistro a liquidar - administrativo | 82.406 | 5.551 | (68.165) | (5.268) | 14.241 | 283 |
| Sinistro a liquidar - judicial | 26.512 | 39.518 | (24.096) | (10.266) | 2.416 | 29.252 |
| Sinistros ocorridos, mas não avisados | 7.596 | 38.915 | (5.417) | (35.796) | 2.179 | 3.119 |
| Provisões de despesas relacionadas | 3.474 | 1.476 | (2.896) | (1.308) | 578 | 168 |
| Total | 450.825 | 377.786 | (284.034) | (202.676) | 166.791 | 175.110 |
| Riscos nomeados e operacionais: | | | | | | |
| Provisões de prêmios não ganhos | 2.180 | 1.524 | (1.907) | (1.751) | 273 | (227) |
| Sinistro a liquidar - administrativo | 127.280 | 101 | (127.280) | (100) | - | 1 |
| Sinistros ocorridos, mas não avisados | 417 | 1.220 | (336) | (1.141) | 81 | 79 |
| Provisões de despesas relacionadas | 420 | - | (416) | - | 4 | - |
| Total | 130.297 | 2.845 | (129.939) | (2.992) | 358 | (147) |
| Compreensivo empresarial: | | | | | | |
| Provisões de prêmios não ganhos | 9 | - | (5) | - | 4 | - |
| Sinistros ocorridos, mas não avisados | 2 | - | (2) | - | - | - |
| Total | 11 | - | (7) | - | 4 | - |

| Ramos | Provisão de seguros | (-) Parcela resseguro | (=) Provisão líquida | | | |
|---------------------------------------|---------------------|-----------------------|----------------------|--------------|------------|-----------|
| Lucros cessantes: | | | | | | |
| Provisões de prêmios não ganhos | 3.848 | 576 | (3.317) | (502) | 531 | 74 |
| Sinistro a liquidar - administrativo | 82 | - | (80) | - | 2 | - |
| Sinistros ocorridos, mas não avisados | 2.197 | 98 | (1.944) | (92) | 253 | 6 |
| Provisões de despesas relacionadas | 31 | - | (28) | - | 3 | - |
| Total | 6.158 | 674 | (5.369) | (594) | 789 | 80 |

| Ramos | Provisão de seguros | (-) Parcela resseguro | (=) Provisão líquida | | | |
|---------------------------------------|---------------------|-----------------------|----------------------|--------------|-----------|------------|
| Fiança locatícia: | | | | | | |
| Provisões de prêmios não ganhos | 176 | 395 | (142) | (172) | 34 | 223 |
| Sinistros ocorridos, mas não avisados | 38 | 35 | (30) | (19) | 8 | 16 |
| Provisões de despesas relacionadas | 1 | - | (1) | - | - | - |
| Total | 215 | 430 | (173) | (191) | 42 | 239 |

| Ramos | Provisão de seguros | (-) Parcela resseguro | (=) Provisão líquida | | | |
|--------------------------------------|---------------------|-----------------------|----------------------|----------|-------|-------|
| Riscos de engenharia: | | | | | | |
| Provisões de prêmios não ganhos | 12.150 | 21.719 | (10.537) | (17.968) | 1.613 | 3.751 |
| Sinistro a liquidar - administrativo | 1.801 | 767 | (1.790) | (762) | 11 | 5 |
| Sinistro a | | | | | | |

Continuação

AUSTRAL SEGURADORA S.A.

CNPJ/MF Nº 11.521.976/0001-26

| Desenvolvimento das provisões de sinistro | | 31 de dezembro de 2018 | | 31 de dezembro de 2017 | | |
|--|--|------------------------|------------------|------------------------|----------------|------------------|
| | | Seguro | Resseguro | Resseguro | Retido | |
| Recuperação de despesa relacionada | | 31 | - | 31 | 36 | 36 |
| Variação cambial | | 12.428 | (12.399) | 29 | 1.526 | (1.525) |
| Atualização monetária | | 3.867 | (2.782) | 1.085 | 2.968 | (2.181) |
| Provisão despesa relacionada estimada | | 5.198 | (4.758) | 440 | - | - |
| Final do período | | 391.379 | (369.008) | 22.371 | 140.265 | (106.780) |
| Movimentação da provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados | | | | | | |
| Em 1º de janeiro | | 49.278 | (45.642) | 3.636 | 12.732 | (10.793) |
| Movimentação | | 2.589 | (3.407) | (818) | 36.546 | (34.849) |
| Final do período | | 51.867 | (49.049) | 2.818 | 49.278 | (45.642) |
| Movimentação da provisão de PDR | | | | | | |
| Em 1º de janeiro | | 1.487 | (1.316) | 171 | 1.155 | (1.004) |
| Movimento | | 4.875 | (4.440) | 435 | 331 | (312) |
| Final do período | | 6.362 | (5.756) | 606 | 1.486 | (1.316) |
| Em 1º de janeiro | | 89.501 | (59.822) | 29.679 | 17.015 | (15.179) |
| Movimento | | 243.649 | (254.381) | (10.732) | 72.486 | (44.643) |
| Final do período | | 333.150 | (314.203) | 18.947 | 89.501 | (59.822) |

A conciliação das provisões técnicas sem considerar o ramo DPVAT estão demonstradas na tabela abaixo:

| Conciliação das provisões | | 31 de dezembro de 2018 | | 31 de dezembro de 2017 | | |
|---|--|------------------------|------------------|------------------------|----------------|------------------|
| | | Seguro | Resseguro | Resseguro | Retido | |
| Provisão de sinistros a liquidar | | 333.150 | (314.203) | 18.947 | 89.501 | (59.822) |
| Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados | | 51.867 | (49.049) | 2.818 | 49.278 | (45.642) |
| Provisões de despesas relacionadas | | 6.362 | (5.756) | 606 | 1.486 | (1.316) |
| Provisão total de sinistros | | 391.379 | (369.008) | 22.371 | 140.265 | (106.780) |
| Provisão de prêmios não ganhos | | 492.330 | (336.952) | 155.378 | 400.286 | (249.143) |
| Total geral | | 883.709 | (705.960) | 177.749 | 540.551 | (355.923) |

17. Desenvolvimento de sinistro: O desenvolvimento de sinistros apresentado nessa nota demonstra de forma segregada os ramos comercializados internamente pela Companhia e o DPVAT. Essa separação é realizada, pois as informações demonstradas do DPVAT são geradas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. Tabela de desenvolvimento de sinistros administrativos a liquidar de seguro, sem considerar o DPVAT:

| Ao de aviso | Ao final do ano | 01 ano depois | 02 anos depois | 03 anos depois | 04 anos depois | 05 anos depois | 06 anos depois |
|---------------------|-----------------|---------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 2012 | 1.051 | 1.606 | 1.789 | 1.774 | 1.774 | 1.774 | 1.775 |
| 2013 | 20.905 | 20.702 | 20.735 | 20.735 | 20.735 | 20.735 | - |
| 2014 | 712 | 618 | 612 | 612 | 312 | - | - |
| 2015 | 123.881 | 86.059 | 88.602 | 88.601 | - | - | - |
| 2016 | 4.441 | 39.251 | 47.754 | - | - | - | - |
| 2017 | 89.281 | 110.838 | - | - | - | - | - |
| 2018 | 264.616 | - | - | - | - | - | - |
| 2012 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
| Falta acumulada | 723 | (170) | (400) | (35.280) | 43.312 | 21.557 | - |
| Falta acumulada (%) | 69% | (1%) | (56%) | (28%) | 975% | 24% | - |

Ao de pagamento

| Ao de aviso | Ao final do ano | 01 ano depois | 02 anos depois | 03 anos depois | 04 anos depois | 05 anos depois | 06 anos depois |
|---|-----------------|---------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 2012 | 411 | 1.264 | 1.774 | 1.774 | 1.774 | 1.774 | 1.775 |
| 2013 | 8.518 | 19.699 | 20.735 | 20.735 | 20.735 | 20.735 | - |
| 2014 | 30 | 208 | 312 | 312 | 312 | - | - |
| 2015 | 686 | 80.376 | 88.590 | 88.590 | - | - | - |
| 2016 | 2.083 | 2.905 | 2.905 | - | - | - | - |
| 2017 | 76.050 | 89.248 | - | - | - | - | - |
| 2018 | 25.983 | - | - | - | - | - | - |
| 2012 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
| Provisão de sinistros a liquidar | 640 | 12.729 | 1.700 | 123.605 | 8.341 | 49.888 | 305.083 |
| Provisão de sinistro ocorrido não avisado | 1.072 | 8.009 | 5.461 | 10.167 | 12.732 | 49.278 | 51.867 |
| Provisão de despesas relacionadas | - | - | - | - | - | - | 5.201 |
| Total de passivo | 1.712 | 20.738 | 7.162 | 133.771 | 21.074 | 96.166 | 362.149 |

Tabela de desenvolvimento de sinistros administrativos a recuperar de resseguro, sem considerar o DPVAT:

| Ao de aviso | Ao final do ano | 01 ano depois | 02 anos depois | 03 anos depois | 04 anos depois | 05 anos depois | 06 anos depois |
|---------------------|-----------------|---------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 2012 | 735 | 1.125 | 1.253 | 1.242 | 1.242 | 1.242 | 1.242 |
| 2013 | 19.445 | 19.494 | 19.518 | 19.518 | 19.518 | 19.518 | - |
| 2014 | 513 | 384 | 378 | 378 | 198 | - | - |
| 2015 | 123.207 | 86.806 | 89.348 | 89.348 | - | - | - |
| 2016 | 3.089 | 37.834 | 45.726 | - | - | - | - |
| 2017 | 82.689 | 104.111 | - | - | - | - | - |
| 2018 | 259.294 | - | - | - | - | - | - |
| 2012 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
| Falta acumulada | 507 | 72 | (315) | (33.859) | 42.638 | 21.422 | - |
| Falta acumulada (%) | 69% | 0% | (61%) | (27%) | 1.380% | 26% | - |

Ao de recebimento

| Ao de aviso | Ao final do ano | 01 ano depois | 02 anos depois | 03 anos depois | 04 anos depois | 05 anos depois | 06 anos depois |
|---|-----------------|---------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 2012 | 288 | 885 | 1.242 | 1.242 | 1.242 | 1.242 | 1.242 |
| 2013 | 7.585 | 18.552 | 19.518 | 19.518 | 19.518 | 19.518 | - |
| 2014 | 22 | 94 | 198 | 198 | 198 | - | - |
| 2015 | 249 | 81.150 | 89.337 | 89.337 | - | - | - |
| 2016 | 907 | 1.583 | 1.583 | - | - | - | - |
| 2017 | 69.658 | 83.727 | - | - | - | - | - |
| 2018 | 35.028 | - | - | - | - | - | - |
| 2012 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
| Provisão de sinistros a liquidar | 447 | 12.100 | 1.443 | 123.248 | 8.018 | 49.473 | 288.804 |
| Provisão de sinistro ocorrido não avisado | 646 | 7.039 | 4.416 | 9.240 | 10.793 | 45.642 | 49.049 |
| Provisão de despesas relacionadas | - | - | - | - | - | - | 4.761 |
| Total de ativo | 1.093 | 19.139 | 5.859 | 132.488 | 18.811 | 95.115 | 342.614 |

Tabela de desenvolvimento de sinistros judiciais a liquidar de seguro, sem considerar o DPVAT:

| Ao de aviso | Ao final do ano | 01 ano depois | 02 anos depois | 03 anos depois | 04 anos depois | 05 anos depois | 06 anos depois |
|---------------------|-----------------|---------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 2012 | - | 42 | 42 | 31 | 36 | 40 | 49 |
| 2015 | 7.125 | 8.636 | 11.042 | 25.495 | - | - | - |
| 2016 | - | 55 | 2.482 | - | - | - | - |
| 2017 | 28.476 | 29.362 | - | - | - | - | - |
| 2012 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
| Falta acumulada | 49 | - | - | 18.370 | 2.482 | 887 | - |
| Falta acumulada (%) | 4.920% | - | - | 258% | 24.825% | 3% | - |

Provisão de sinistros a liquidar

| Ao de aviso | Ao final do ano | 01 ano depois | 02 anos depois | 03 anos depois | 04 anos depois | 05 anos depois | 06 anos depois |
|---|-----------------|---------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 2012 | - | 42 | 42 | 7.156 | 8.672 | 39.614 | 28.069 |
| 2017 | - | 29.320 | - | - | - | - | - |
| 2012 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
| Provisão de sinistro ocorrido não avisado | - | - | - | - | - | - | - |
| Provisão de despesas relacionadas | - | - | 5 | 3 | 1.155 | 1.486 | 1.161 |
| Total de passivo | - | 42 | 47 | 7.159 | 9.827 | 41.100 | 29.230 |

Tabela de desenvolvimento de sinistros judiciais a recuperar de resseguro, sem considerar o DPVAT:

| Ao de aviso | Ao final do ano | 01 ano depois | 02 anos depois | 03 anos depois | 04 anos depois | 05 anos depois | 06 anos depois |
|---------------------|-----------------|---------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 2012 | - | 29 | 29 | 21 | 25 | 27 | 34 |
| 2015 | 5.625 | 7.136 | 9.419 | 23.570 | - | - | - |
| 2016 | - | 55 | 1.771 | - | - | - | - |
| 2017 | 25.406 | 25.333 | - | - | - | - | - |
| 2012 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
| Falta acumulada | 34 | - | - | 17.945 | 1.771 | (73) | - |
| Falta acumulada (%) | 3.374% | - | - | 319% | 17.713% | - | - |

Ao de recebimento

| Ao de aviso | Ao final do ano | 01 ano depois | 02 anos depois | 03 anos depois | 04 anos depois | 05 anos depois | 06 anos depois |
|-----------------------------------|-----------------|---------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 2012 | 24.559 | 25.309 | - | - | - | - | - |
| 2017 | - | 29 | 33 | 5.648 | 8.165 | 11.665 | 26.395 |
| 2012 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
| Provisão de sinistros a liquidar | - | 29 | 29 | 5.646 | 7.161 | 10.348 | 25.399 |
| Provisão de despesas relacionadas | - | - | 4 | 2 | 1.004 | 1.317 | 996 |
| Total de ativo | - | 29 | 33 | 5.648 | 8.165 | 11.665 | 26.395 |

A seguir seguem os valores referentes às indenizações avisadas, despesas com sinistros e provisão de sinistros ocorridos e não avisados do ramo DPVAT abertos por tipo de sinistro administrativo e judicial, sendo esses valores informados exclusivamente pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.:

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|------------|------------|
| Evolution de sinistros administrativos: | | |
| Até 01 ano | 1.813 | 1.726 |
| Provisão de sinistro a liquidar administrativo | 1.813 | 1.726 |
| Evolution de sinistros judiciais: | | |
| Até 01 ano | 2.340 | 2.897 |
| De 01 a 02 anos | 1.948 | 1.869 |
| De 02 a 03 anos | 1.145 | 1.247 |
| De 03 a 04 anos | 796 | 783 |
| De 04 a 05 anos | 505 | 458 |
| Superior a 05 anos | 849 | 785 |
| Provisão de sinistro a liquidar judicial | 7.583 | 8.039 |
| Total provisão de sinistro a liquidar | 9.396 | 9.765 |
| Provisão de sinistros ocorridos e não avisados | 77.022 | 64.496 |

Tabela de desenvolvimento de sinistros judiciais a liquidar de seguro, sem considerar o DPVAT:

| Ao de aviso | Ao final do ano | 01 ano depois | 02 anos depois | 03 anos depois | 04 anos depois | 05 anos depois | 06 anos depois |
|---------------------|-----------------|---------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 2012 | - | 29 | 29 | 21 | 25 | 27 | 34 |
| 2015 | 5.625 | 7.136 | 9.419 | 23.570 | - | - | - |
| 2016 | - | 55 | 1.771 | - | - | - | - |
| 2017 | 25.406 | 25.333 | - | - | - | - | - |
| 2012 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
| Falta acumulada | 34 | - | - | 17.945 | 1.771 | (73) | - |
| Falta acumulada (%) | 3.374% | - | - | 319% | 17.713% | - | - |

Evolution de sinistros administrativos:

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|------------|------------|
| Até 01 ano | 1.813 | 1.726 |
| Provisão de sinistro a liquidar administrativo | 1.813 | 1.726 |
| Evolution de sinistros judiciais: | | |
| Até 01 ano | 2.340 | 2.897 |
| De 01 a 02 anos | 1.948 | 1.869 |
| De 02 a 03 anos | 1.145 | 1.247 |
| De 03 a 04 anos | 796 | 783 |
| De 04 a 05 anos | 505 | 458 |
| Superior a 05 anos | 849 | 785 |
| Provisão de sinistro a liquidar judicial | 7.583 | 8.039 |
| Total provisão de sinistro a liquidar | 9.396 | 9.765 |
| Provisão de sinistros ocorridos e não avisados | 77.022 | 64.496 |

18. Patrimônio líquido: a) **Capital social** - Em 31 de dezembro 2018, o capital social subscrito e integralizado é representado por 56.566.347 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de dezembro de 2016, foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, mediante a capitalização do crédito de juros sobre capital próprio no montante de R\$4.998 e a subscrição em espécie no montante de R\$14.479, com emissão de novas ações, no montante de R\$19.477 com a emissão de 9.837.035 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,98. Assim, o capital social de R\$44.360 aumentou para R\$63.837, e o número de ações de 44.104.964 para 53.941.999 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O referido aumento de capital foi aprovado pela Portaria SUSEP/DIORG nº 285, de 22 de março de 2017. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de dezembro de 2017, foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, mediante a capitalização do crédito de juros sobre capital próprio no montante de R\$5.984, com emissão de 2.624.348 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$2,28. Assim, o capital social de R\$63.837 aumentou para R\$69.821, e o número de ações de 53.941.999 para 56.566.347 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O referido aumento de capital foi aprovado pela Portaria SUSEP/DIORG nº 786, de 29 de janeiro de 2018. Em 31 de dezembro de 2018, atendendo ao artigo nº 199 da Lei 6.404/76, e suas alterações que determina que o saldo das reservas de lucros acumulada não poderá ultrapassar o capital social, foi constituído aumento de capital social no valor de R\$ 9.406. Será deliberado o aumento do capital social em Assembleia. O referido aumento de capital dependerá da aprovação pela SUSEP. b) **Reservas de lucros** - As reservas de lucros são compostas pela reserva legal constituída por valor correspondente a 5% do lucro auferido pela Companhia, após absorção dos prejuízos acumulados, sendo o restante destinado para reserva de retenção de lucros. c) **Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio** - O estatuto

Continuação

AUSTRAL SEGURADORA S.A.

CNPJ/MF Nº 11.521.976/0001-26

Table with financial data for Austral Seguradora S.A. including columns for Prêmio emitido, Prêmio cedido, Seguro (-) resseguro, Percentual de retenção, and Percentual ressegurado. It includes sub-tables for 'Prêmio risco vigente' and 'Total geral'.

Prêmio de resseguro por classe de resseguradoras:

Table showing premium data for local, admitted, and eventual resseguradoras as of 31/12/2018 and 31/12/2017.

22. Incentivo baseado em ações: Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01 de outubro de 2013, foi aprovado o primeiro plano de opção de compra de ações da Austral Participações S.A. ("Austral Participações"), controladora da Seguradora. O plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas são definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante. Sem prejuízo, o comitê de gestão do plano poderá, em cada programa ou contrato individual, estabelecer condições diversas de vesting ou de termo da opção, inclusive a fim de estender os prazos em questão e/ou seu escalonamento. Em reuniões do comitê de gestão de opção de compra de ações realizadas em 01 e 02 de outubro de 2013, foram aprovados o primeiro e segundo programas de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.500.000 opções. Em reunião do comitê de gestão do plano de opção de compra de ações realizada em 19 de dezembro de 2014, foi aprovado o terceiro programa de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.832.137 opções. Em reunião do comitê de gestão do plano de opção de compra de ações realizada em 01 de abril de 2016, foi aprovado o quarto programa de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 76.616 opções. O primeiro programa prevê três datas de vesting, sendo a última em dezembro de 2014, onde os participantes terão o direito de adquirir suas opções, pelos serviços prestados, por um prazo de quatro anos a contar da última data de vesting e a partir de cada uma das datas de vesting estabelecidas pelo comitê de gestão do plano, respeitadas as condições contratuais. O segundo programa prevê quatro datas de vesting, sendo a última em setembro de 2016, onde os participantes terão o direito de adquirir suas opções, pelos serviços prestados, por um prazo de quatro anos a contar da última data de vesting e a partir de cada uma das datas de vesting estabelecidas pelo comitê de gestão do plano, respeitadas as condições contratuais. O terceiro programa prevê de três a cinco datas de vesting, dependendo do beneficiário, sendo a última data de vesting em setembro de 2018, onde os participantes terão o direito de adquirir suas opções, pelos serviços prestados, por um prazo de dois anos a contar da última data de vesting e a partir de cada uma das datas de vesting estabelecidas pelo comitê de gestão do plano, respeitadas as condições contratuais. O quarto programa prevê três datas de vesting, sendo a última data de vesting em dezembro de 2018, onde os participantes terão o direito de adquirir suas opções, pelos serviços prestados, por um prazo máximo de até dezesseis meses a contar da última data de vesting e a partir de cada uma das datas de vesting estabelecidas pelo comitê de gestão do plano, respeitadas as condições contratuais. Para o primeiro e o segundo programa, o valor justo das opções foi estimado na data de outorga, com base no modelo de valorização por simulação de Monte Carlo considerando uma volatilidade de aproximadamente 27,5% em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga, conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot utilizado foi o inferido a partir de premissas informadas pela Vinci Capital Partners, premissas essas também auditadas por auditor independente no curso normal de auditoria do Fundo Vinci Capital Partners II FIQ FIP, e o preço de exercício das opções de ambos os programas é de R\$1.142,5, sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0.492,2. Para o terceiro programa, o valor justo das opções foi estimado na data de outorga, com base no modelo de Black and Scholes considerando uma volatilidade de aproximadamente 36,5%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga, conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot utilizado foi o inferido a partir de informações divulgadas pelo Fundo Vinci Capital Partners II FIQ FIP, e o preço de exercício das opções é de R\$1.217,17, sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0.49,4. A Austral Participações S.A. concede a cada beneficiário uma opção de venda às ações que forem adquiridas em função do exercício da opção de compra pelo participante, assim como possui uma opção de recompra de tais ações. O prazo e preço de exercício de tais opções estão determinados em contratos individuais firmados entre a Austral Participações e os participantes. Em Assembleia

Gerl Extraordinária, realizada em 18 de março de 2016, foi aprovado o segundo plano de opção de compra de ações da Austral Participações, controladora da Seguradora. O segundo plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas são definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante. Sem prejuízo, o comitê de gestão do plano poderá, em cada programa ou contrato individual, estabelecer condições diversas de vesting ou de termo da opção, inclusive a fim de estender os prazos em questão e/ou seu escalonamento. Em reunião do comitê de gestão do segundo plano de opção de compra de ações realizada em 01 de abril de 2016, foi aprovado o primeiro programa de opções de compra de ações do segundo plano, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 1.884.307 opções. Para o primeiro programa do segundo plano, o valor justo das opções é estimado na data de outorga, com base no modelo de Black and Scholes considerando uma volatilidade de aproximadamente 38,2%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot utilizado foi o inferido a partir de informações divulgadas pelo Fundo Vinci Capital Partners II FIQ FIP, e o preço de exercício das opções é de R\$2.831,6, sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0.25. Em reunião do comitê de gestão do segundo plano de opção de compra de ações realizada em 5 de setembro de 2016, foi aprovado o segundo programa de opções de compra de ações do segundo plano, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 75.748 opções. Para o segundo programa do segundo plano, o valor justo das opções é estimado na data de outorga, com base no modelo de Black and Scholes considerando uma volatilidade de 38,2%. O preço spot utilizado foi o inferido a partir de informações divulgadas pelo Fundo Vinci Capital Partners II FIQ FIP, e o preço de exercício das opções é de R\$2.831,6, sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir de 01 de abril de 2016. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0.41. A tabela a seguir concilia as opções de compra de ações em aberto da Austral Participações na sua totalidade, no início e fim do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

Table showing the quantity of options in open positions as of 31/12/2018 and 31/12/2017, categorized by exercise status and type.

23. Detalhamento de contas de resultado:

Table detailing the results of operations for 31/12/2018 and 31/12/2017, including items like Prêmios emitidos, Prêmios cedidos, Despesas, and Resultados.

Conselheiros:

Alessandro Monteiro Morgado Horta, Bruno Augusto Sacchi Zarella, Antônio Alberto Gouveia Vieira Filho

Diretor presidente:

Carlos Frederico da Costa Leite Ferreira

Diretoria:

Ricardo Villela Abreu dos Santos, Rodrigo Ferreira de Campos, Claudia Novello Ribeiro

Gerente de contabilidade:

Arthur Teixeira Rodrigues, CRC RJ - nº 078781/O-0

Atuária:

Claudia Novello Ribeiro, MIBA nº 2029

PARECERES DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Austral Seguradora S.A. Rio de Janeiro - RJ - CNPJ: 11.536.561/0001-26. Escopo da Auditoria: Examinamos as províncias técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das províncias técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Austral Seguradora S/A, em 31 de dezembro de 2018, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuariário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável a auditoria atuarial independente. Responsabilidade da Administração: A Administração da Austral Seguradora S/A é responsável pelas províncias técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das províncias técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção elaborados

de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinar serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos atuários auditores independentes: Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitido pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das províncias técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das províncias técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuariário, incluindo a avaliação dos

Continuação

AUSTRAL SEGURADORA S.A.

CNPJ/MF Nº 11.521.976/0001-26

riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuariário considera que os controles internos da Austral Seguradora S/A são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. Opinião: Em nossa opinião, as províncias técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das províncias técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Austral Seguradora S/A em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Nossa opinião não abrange as províncias técnicas dos consórcios DPVAT, conforme estabelecido pelas normas que definem o alcance da auditoria atuarial independente. Outros Assuntos: No contexto de nossas

responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes. São Paulo, 27 de fevereiro de 2019. Ricardo Pacheco - MIBA 2.679 | EY Serviços Atuariais S.S. - CNPJ 03.801.998/0001-11 - CIBA 57

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da Austral Seguradora S.A. Rio de Janeiro - RJ Opinião Examinamos as demonstrações financeiras da Austral Seguradora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Austral Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades previstas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia

são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nessas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2019. ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. - CRC2SP015199/O-6 Marcelo Felipe L. de Sá Contador CRC1RJ09464/O-0

